

Réquiem para a educação no Brasil

JOSÉ CARLOS DE AZEVEDO

O governo que se findou em 15 de março passado foi, nas últimas décadas, o que estabeleceu as melhores metas para educação; apesar disso, nesse setor, os resultados alcançados foram altamente desalentadores e até refluíram, entre outras, conquistas obtidas na alfabetização de adultos, na escolarização das crianças e na contenção de despesas de pessoal. Infelizmente, não foi isso o que ocorreu de mais grave.

Desde o Império, o número de analfabetos nunca parou de crescer, mas seu percentual, em relação à população brasileira, foi sempre decrescente, em particular nos primeiros anos de funcionamento do Mo-bral; todavia, a análise de dados do IBGE revela a tendência de crescimento desse próprio percentual a partir de 1980. No ensino de base, foi atingido o elevado índice de 99% de evasão e de repetência na zona rural e, na região urbana, mesmo em Estados ricos da Federação, ele se manteve superior a 50%. Esses dois conjuntos, com elevado número de pessoas, contribuirão fortemente para a manutenção do estado de pobreza da Nação, pois as pessoas que os integram não têm condição de somar esforços para o bem-estar do povo brasileiro, em particular porque agora o conhecimento tecnológico e o desenvolvimento científico é que condicionam a riqueza das nações.

Quanto às crianças sem escolas — cerca de oito milhões —, apesar das prioridades e discursos plangentes, sua população cresceu mais de 1% ao ano, agravando igualmente o problema do desemprego. O 2º grau manteve sua função diverticular, mas o número dos jovens que batem às portas das universidades se manteve elevado com a contribuição dos oriundos dos cursos supletivos; afinal, no Brasil, quem não é doutor ainda continua a não ser nada e, por isso, a carência de técnicos emperra, de forma angustiante, o setor produtivo.

O ensino superior, mantendo seu favoritismo, continuou a receber os mesmos 75% dos recursos destinados ao MEC pela União e, sendo irrisório o número de alunos de 1ª e 2ª graus sob responsabilidade federal, conclui-se que os 140 mil funcionários desse ministério se devotam ao nobre mister de oferecer educação de alto nível aos 360 mil alunos do 3º grau das escolas federais. A semelhança de membros da realeza europeia e descendentes de magnatas esclarecidos, alegres e descompromissados universitários brasileiros recebem assistência tutorial à base de um servidor para cada dois alunos.

Quanto ao acréscimo de pessoal, basta registrar que, num só dia, o quadro docente das universidades recebeu milhares de professores, enquadrados por decreto, consolidando nossa posição de país onde é mais elevada a relação professor/aluno, o que agravou a qualidade do ensino. Mas nem se pense que essa diminuição substancial de encargos docentes contribuiu para o aumento de pesquisas ou o aprimoramento da pós-graduação; quanto a esta, pode-se dizer que, em boa parte, complementa apenas o que deveria ter sido ensinado na graduação. Em termos de pesquisas e em base per capita, produzimos quatro vezes menos que a Argentina e andamos na companhia de nações africanas depauperadas.

O pior, entretanto, foi que, na administração finda, com pompa e circunstância, instaurou-se o grevismo como forma de expressão da inteligência acadêmica e a recente defenestração de um reitor, sete dias após sua posse — por não corresponder aos reclamos "democratizantes" de uma associação de auto proclamados porta-vozes da "comunidade universitária" —, foi exemplo eloquente desse novo ritual de taquifagia magnífica que já se estende a outras instituições, talvez com novas defenestrões.

No plano jurídico-administrativo, da saturnal de leis restou um imbroglho interpretável de acordo com a volição do dia e em desrespeito à consciência jurídica nacional, de nada valendo a lição de Ferrara: "A lei não é o que o legislador quis, nem o que pretendeu exprimir, mas o que exprimiu de fato". De resto, continuou-se a cuidar dos temas magnos da educação superior brasileira: quem elege os reitores, qual o

preço do restaurante e quando se inicia a próxima greve ou se realiza a próxima assembléia. Houve ainda, todos sabem, o esforço bem-sucedido de "democratizar" as universidades; mas ele foi feito na direção danosamente errada, não no sentido de torná-las acessíveis a todos os que demonstrassem aptidões para tal nível de estudos; pelo contrário, a universidade pública continuou economicamente elitista e democratização tornou-se sinônimo de mazorca. Por isso também as universidades continuaram a sucumbir sob o quantum de associações de índole sindical que, nesse período, tiveram estímulo, desimpedido e bem-vindo seu acesso ao MEC.

No plano curricular, continuou a prática de países de inspiração totalitária, no sentido de estabelecer currículos válidos para todas as escolas. Por isso também, pela sua fácil compreensão a mentalidades simplórias, ampliou-se a adoção da vulgata marxista, que explica tudo com poucas palavras e menor número de idéias, e a luta de classes continuou a ser prescrita como remédio único para todos os males do subdesenvolvimento brasileiro.

Para conseguir esses resultados, o resignado contribuinte teve de tirar de seu bolso, anualmente, vários e vários trilhões de cruzeiros, pois impor o custeio do ensino superior aos que dele se favorecem continuou a constituir heresia. "Educação é dever do Estado", dizem os poucos privilegiados que dela se aproveitam e, por isso também, a educação continuou a ser elitizada pelo seu aspecto mais mesquinho e cruel: o econômico. No nível superior, os ricos continuaram a estudar de graça, os pobres a pagar seus estudos e o magistério, lembrando a frase de Aron, manteve a tendência de ser exercido pelos que não conseguem nada melhor.

Não se pode, em nenhuma hipótese, atribuir esse desempenho melancólico à falta de recursos, que esta, a rigor, não houve; houve falta de idéias e determinação para mudar. Além disso, é a economia que depende da educação e não o contrário. Comprometeu-se assim, mais ainda, o futuro da Nação, tornando-se maior e mais penoso o esforço para corrigir tão graves distorções, o que só poderá ser feito em prazo mais amplo.

É evidente que o Brasil está no limiar de graves embaraços sociais, cujas consequências não se podem antever, e isso se deve à má educação oferecida nas escolas: é nesse contexto que sobrepõe o papel das universidades, centros formadores de pessoas qualificadas moral e intelectualmente. Entretanto, no momento em que a Nação mais precisa dessas instituições, elas se exaurem numa saturnal de intrigas relacionadas à disputa fistológica de cargos, visando a estabelecer focos de contestação e mando e de reivindicações políticas e salariais. A alegada ilegitimidade de mandatos de reitores não eleitos pela ectoplásmica comunidade universitária, cujos arautos autoproclamados são associações de característica meramente classista e não intelectual, tem o ranço de contestações que talvez busquem atingir cargos mais altos da hierarquia da Nação, cujos detentores foram também eleitos — o próprio presidente da República, por exemplo — em obediência à lei e de forma indetreta.

Para corrigir tão graves defeitos, não é preciso acrescentar novas receitas, pois em educação parece ser sempre válido afirmar que o que é bom não é novo e o que é novo não é bom; basta impor a valorização do único atributo indissoluvelmente inerente às universidades dignas desse nome: o mérito. Enquanto não forem afastados dessas instituições os professores incompetentes e sem currículo adequado para o magistério desse nível, não se proscreever o carretrismo, não se valorizar o mérito intelectual e não se exigir dos alunos a aprendizagem que deles é reclamada pela Nação que lhes custeia o ensino, tudo continuará como está. Afinal, o "participacionismo", o "democratismo" e outros "ismos" que corroem a universidade brasileira são tênues reflexos da falta de competência e da escassez de seriedade que reinam em grande parte dessas instituições. Quando o ensino no Brasil for uma atividade séria e as escolas forem instituições idôneas, tudo estará salvo. A educação e o Brasil.